



A escola kardecista brasileira: Uma análise educativa da ação espírita no Brasil

Antonio Carlos Coelho

RESUMO

O trabalho em questão foi desenvolvido durante observações de cultos, palestras e discussões nos salões de 10 (dez) Centros Espíritas da cidade de Belo Horizonte/MG, durante o mestrado. Como base no propósito espírita, qual seja, a revitalização da figura de Jesus de Nazaré, em um revigoramento da ética do amor ao próximo, e uma fé raciocinada em uma relação amadurecida entre o ser humano e Deus, assim, vamos verificar o discurso religioso inserido nestes ambientes. O método de abordagem deste estudo foi o hipotético-dedutivo e da pesquisa bibliográfica, por meio da consulta de livros acadêmicos e textos psicografados. O que mostrou a pesquisa é que dentro destes ambientes, ainda, existe um pensamento baseado em um viés conservador, cultivado por uma interpretação moral judaico-cristã. Nesta perspectiva, na contemporaneidade, conclui-se que o discurso espírita brasileiro evita a construção de uma mentalidade crítica, tanto no cenário religioso como político, desfiando de uma luta por justiça social e a defesa da dignidade humana, edificando um assistencialismo insuficiente de transformar a sociedade envolvida neste processo de evolutivo

Palavras-chave: Representação, Mediação, Espiritismo, Desafios.

1 INTRODUÇÃO

O espiritismo, codificado por Hippolyte Léon Denizard Rivail (1804 – 1869), sob o pseudônimo de Allan Kardec, chegou ainda no Império do Brasil, adquirindo características peculiares, especialmente se comparado com a sua matriz francesa, originando um “espiritismo à brasileira” (STOLL, 2003), no qual predomina a dimensão religiosa de cunho assistencialista.

O corte analítico, é feito a partir da religião espírita, mais especificamente, em torno de um espiritismo à brasileira, no âmbito de Belo Horizonte/MG. O primeiro tópico, visa apresentar como o fenômeno religioso, a partir de distintas interpretações e representações do sobrenatural, galvanizou um comportamento religioso capaz de ordenar a sociedade que o insere.

Em segundo momento como o direito de agir segundo a própria vontade ou livre arbítrio, fundamentada no *Livro dos Espíritos*, tornam estes escritos próprios para mediar uma transformação individual, impulsionando uma ação contra uma heteronomia latente no ser humano.



E por fim constatar, dentro dos discursos realizados em distintos templos espíritas, como a religião tem preparado o seu rebanho para vivenciar suas experiências quotidianas e, como estes desafios são tratados de forma a edificar uma vida mais irmanada.

2 A ARTE DE INTERPRETAR E REPRESENTAR A REALIDADE

O compartilhamento das experiências e conhecimentos individuais, sociais e culturais por meio de um interacionismo, possibilita surgir novas aptidões e ideias com eficiência significativa e duradoura. Além disso, demarca, um ato ininterrupto de um “sistema simbólico” (GEERTZ, 2008) em que “o ser que sabe (homo sapiens), se socializa e constrói (homo faber), se comunica, cria sua representação e simboliza (homo simbolicus)”. (FERREIRA, 2015, p. 17).

A realidade vivenciada no seu cotidiano se permeia por ações e pela conversação, formando um conjunto de códigos onde há uma relação direta entre significante e significado. De tal modo, a partir do “interpretante” (PEIRCE, 2000), este sistema simbólico, também condiciona o interpretado, por ser

uma norma social ou um hábito coletivo já instalado, então – pelo menos neste caso – o seu modo de existência não é propriamente o de algo que o próprio signo, ao ser percebido por alguém, cria na mente deste alguém, mas de algo que, achando-se já de antemão registrado na mente deste alguém, como resultado de experiências vindas do passado, no instante em que o signo é por ele percebido, atualiza-se (em virtude do efeito por ele produzido) e, atualizando-se, faz com que ele (o intérprete) o possa interpretar. (SILVA, 2007. p. 2).

E estes signos, como assinala Santaella (2019), produzidos e reinterpretados tornam-se alicerces de um raciocínio ao conformar o pensamento humano, como “fenômeno biológico” (BORTOLINI; YAMAMOTO, 2013, p. 254), associado a transformações em “modelo interpretativo e representativo da realidade construída [...] com princípios não apenas realístico, mas também do estranho e do alegórico, enquanto trampolim para o fantástico”. (SILVA, 2007, p. 10).

A passagem do plano natural para o cultural, possibilitou uma alteração do *modus operandi* na condição humana, propondo novas metas e descortinando novos padrões, garantindo a sobrevivência por meio de uma “inteligência aberta ao acontecimento criador e que se experimenta sem cessar na vida diversificada da espécie espalhada por todo o planeta”. (GALEFFI, 2013, p. 450).



Por meio da *práxis* cotidiana configurada pela “revolução cognitiva” (HARARI, 2018) foi concretizado um processo de transformação na esfera social e cultural. Em resposta a essas variações culturais foi necessário admitir mecanismo, capaz de unir os indivíduos e seus grupos sociais, cunhando neste ambiente, uma noção de moral, adequada para desenvolver uma consciência racional e, em seguida, regular o modo de agir humano. Executado por meio do incremento semiótico, de forma a “compartilhar um futuro comum na medida em que agem coordenadamente para atingir certos propósitos” (ROMANINI, 2014, p. 53), no comportamento social.

A transformação social com a interiorização de normas e regras, como força prática a favor da vida, operadas ordenadamente, admitiu convivência sociocultural mais harmoniosa e ordeira. À medida que a humanidade vai se adaptando a novas tradições e o “fenômeno religioso” (DURKHEIM, 2003), relatado como experiência com o divino por distintos povos, em diversas épocas e localidades, também foi interpretado, representado, como também desconstruído e reconstruído. Obrado como forma de conhecimento no sistema cultural, capaz de agir por meio de suas relações dialógicas e atuar em conjunto com distintos sistemas culturais que legitimam uma religião como reflexão teológica.

A religião como uma projeção simbólica coletiva formou um sistema de símbolos que atua para: (1) estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens por meio da (2) formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e (3) vestindo essas concepções com tal aura de fatualidade que (4) as disposições e motivações parecem singularmente realistas. (GEERTZ, 2008, p. 67).

Como parte de um processo cultural, a religião criou, recriou e propagou, nas mais variadas culturas, uma interpretação e compreensão do real, bem como, um axioma de salvação, em que grupos específicos de religiosos ou sacerdotes, passam a intermediar essa experiência do indivíduo com o divino. Criando “novos valores, [...] elaborando novos juízos de valor, invertendo o verdadeiro e o falso conforme sua necessidade: Enquanto o sacerdote surgir com um tipo superior de homem, [...], não haverá resposta para a pergunta – o que é a verdade?”. (CAVALCANTE, 2001, p. 99-100).

Estes interlocutores trazem para si, a responsabilidade de representação e de produção simbólica, que ao longo da historiografia humana, no ocidente em específico, edificou um argumento de uma única verdade e a idealização de um deus único, um criador de tudo e de todos, o que representou um grande avanço no pensamento religioso.



Prosseguindo, o fenômeno religioso presente nas distintas sociedades, é sustentado por uma natureza “*homo religiosus*” (ELIADE, 1992), é nesta condição do ser humano que Libânio (2002), fundamenta a sua teologia, ao compreender o significado da *pluralidade religiosa, como sendo algo inserido no projeto salvífico de Deus e sua relação com o mistério de Jesus de Nazareth.*

Do mesmo modo, foi observado a presente questão “*homo religiosus*”, ao abordar no nº 6 do *Livro dos Espíritos*: “o sentimento íntimo que temos da existência de Deus não poderia ser fruto da educação, resultado de ideias adquiridas? Se assim fosse, por quê existiria nos vossos selvagens esse sentimento?”. (KARDEC, 2013, p. 74).

Por certo que estes sentimentos foram capazes de unirem comunidades, à “medida que se desenvolve o senso moral” (KARDEC, 2013, p. 58), do mesmo modo que o “fenômeno religioso” (DURKHEIM, 2003) não pode ser separado da linha da evolução humana, pois, marca a maneira de ser, sentir e entender o universo que o envolve.

A religião, como produto do conhecimento social, concretiza a crença cultural, pois, por meio deste possibilita formas de progresso espiritual, fornecendo chaves para aberturas de portas visando amadurecer relação com o transcendente. Esta forma de interpretar e representar produzida, assumiu um caráter explicativo dos fenômenos naturais e, por si, admitiu o surgimento de

tantas culturas e tantas formas de reconhecer a divindade, o Absoluto, o trans-humano, aquilo que está além da vida cotidiana, que [...] como uma grande mãe acolhe a todos, acata os sentimentos e as visões de todas as religiões. Um deus, um panteão de deuses, espíritos da água e do fogo, da onça e da hiena, tudo enfim, em sua vivência e consistência, estimula a crença e a fé. (GOMES, 2013, p. 133).

De modo conseqüente, estas visões particulares de valores religiosos, moldam o conjunto de mitos, símbolos e ritos praticados pela comunidade cultural em torno do que seja “sagrado e profano” (ELIADE, 1992), no entanto, essas particularidades experimentadas, não representam a verdade absoluta. As diversas religiões são configuradas e acuradas “por um conjunto de condicionamentos sociais, econômicos, políticos e emocionais, que num tempo e espaço concretos incidem sobre o ser humano, o que revela como cada religião é inseparável de uma determinada tradição cultural”, (AMBROSIO, 2012, p. 1), não podem ser compreendidas como sendo o princípio do absoluto ou a verdade plena, mas, apenas apresenta uma parte.



De tal modo, na sua provisoriedade, escapa da humanidade o conhecimento do absoluto, pois, “mesmo os que sejam capazes de tal apreciação podem mostrar-se divergentes, quanto as características, conforme os pontos de vista em que se achem, sobretudo se trata de uma divisão, que nenhum cunho absoluto apresente” (KARDEC, 2013, p. 92), assim, as “verdades da Filosofia não são definitivas. Ela é abertura para o absoluto, sem o concluir”. (SALGADO, 2015, p. 205).

Segundo Zilles (2010, p. 105), *o absoluto* como fundamento universal da realidade, transcende a capacidade de raciocínio humano e, portanto, “deve existir uma espécie de mundo das ideias eternas que, como princípio absoluto e metafísico, garante a veracidade de nossos conhecimentos”, no entanto, “somente Deus é proprietário no sentido absoluto” (BRADFORD, 2011, p. 725) por assim entender, conforme o *Livro dos Espíritos*, Deus é a “*inteligência suprema, causa primária de todas as coisas*”. (KARDEC, 2013, p. 53).

A busca para conhecer o absoluto, segundo Ambrosio (2012), só pode acontecer na concretude histórica, ou seja, como “transcendente encarnado” (AMBROSIO, 2012; KARDEC, 2013), assim, a “beatitude não é algo que se prometa para o amanhã, mas é uma realidade que se deva viver hoje, sem condicionamentos prévios”. (CAVALCANTE, 2001, p. 105).

Em sua busca pela verdade, esta produção de conhecimento, em particular do religioso, possibilitou o surgimento da

filosofia e as ciências nasceram da religião, e que a própria religião começou por fazer as vezes de ciências e de filosofia. [...]. Os homens não lhe devem apenas, em parte notável, a matéria de seus conhecimentos, mas igualmente a forma segundo a qual esses conhecimentos são elaborados. (DURKHEIM, 2003, p. XV).

Em parte, a teologia, a filosofia e a ciência como “manifestações dos modos de conhecer” (TRAMONTINA; FROSI, 2013) humano, no alcance do admissível, complementa ou se sobrepõe à outra, ao formular

leituras diferentes que têm sido feitas da mesma realidade, valendo-se de métodos diversos, seguindo caminhos muitas vezes opostos, o que torna indispensável uma ordenação comum de todos os dados obtidos, para que não se percam quaisquer esforços do pensamento humano nesse mister. (BRASIL, 2002, p. 22).

Com o advento das transformações social e cultural na Europa do século XIX, a sociedade ocidental auferiu novas compreensões e esclarecimentos, a partir de sua visão racional, capaz de fornecer explicações aos mais variados fenômenos naturais, ditos como sendo sobrenaturais.



A clareza com que advém deste período, provoca uma desinstitucionalização cada vez maior do poder clerical, em especial no ocidente, fortalecendo a necessidade de um conhecimento científico e filosófico inclusivo refutando um pensar puramente mítico exclusivo. Permeado por este pensamento moderno, em que a emergência do indivíduo se torna o suporte e o centro da vida social, que os espíritos se apresentam, dialogando entre o Ser Espiritual e o Ser Encarnado.

Fortalece a importância da evolução e a busca de uma verdade a ser construída e assumida por meio de uma racionalidade, apresentado a possibilidade da fé ser “raciocinada” (GODOY, 2007), ao estimular a humanidade a “ver em nós mesmos e nos outros uma dimensão suprassensível, dimensão esta, no entanto, inteiramente vinculada às exigências de nossa razão”. (BUENO, 2006, p. 76).

Isto quer dizer que os espíritos têm trazido o conhecimento pleno do absoluto e de sua verdade? Não, eles nos compartilham parte de seus entendimentos e aprendizados, nos convida a adotar uma reflexão sobre a realidade, mediata pela ciência do seu tempo, compreendendo que a fé inabalável é somente aquela que pode encarar a razão em todas as épocas da Humanidade.

Na modernidade, o que se observa é que o espiritismo codificado, propõe um paradigma de liberdade e responsabilidade, em que o ser humano ou espírito encarnado, buscando na

prática que se vive e não uma promessa que se aguarda - é o que constitui a boa nova: O Reino de Deus não é algo que se espere; não tem um ontem e um depois de amanhã, não vem dentro de mil anos - é uma experiência num coração; está em toda parte e não está em parte alguma, [...], Não opor-se ao seus inimigos com mesmas armas, não acusar diante de seus juízes, mas ao contrário, amar quem os acusa e atinge. (CAVALCANTE, 2001, p. 106).

De posse destes dados apreendidos, reelabora conceitos, ideias, em uma educação evolutiva capaz de entender que na unidade do absoluto a pertença de sua pluralidade. O *Livro dos Espíritos*, na sua forma pedagógica, fornece mecanismos para que o indivíduo aprofunde seu conhecimento religioso aprimorando sua fé professada, capacitando-o a fomentar um diálogo em que a fé e a razão funcionem como um “par dialético” (SIGNATES, 2021) inseparáveis, não dogmáticas, capazes de admitir dúvidas e conviver com elas.



No *Livro dos Espíritos*, estruturado segundo Allan Kardec, reforça a liberdade humana, com vínculo próprio de responsabilidade na sua experiência existencial, executada na *práxis* cotidiana, mas, a partir deste ensino, convida-o a um novo patamar evolutivo. Entende os espíritos, que a racionalidade humana, contudo, expressa-se pela linguagem, e como ser racional tem capacidade de dialogar, argumentar, de forma reflexiva consigo e com o próximo. E este diálogo proposto, vai além do mérito intelectual, a proposta em tela é um diálogo desarmado, reconhecendo a importância de um intercâmbio aberto e respeitoso em torno de uma ideia de que as diferentes religiões do mundo devem evitar a busca pela supremacia mundial e de que cada uma integram a verdade absoluta.

Desta maneira, o *Livro dos Espíritos* fornece uma pedagogia de liberdade, ideal para se buscar a esmero espiritual, em que a ética espírita individual se aprimora, à luz das leis universais, aperfeiçoando a qualidade moral social. E esta provocação pedagógica de alterar a arte interpretativa atual, permite ao sujeito reconfigurar sua relação com o Divino, amadurecendo a sua experiência com Deus, oportunizando a abertura para um diálogo não só inter-religioso, mas, entre o ser e o outro.

Como este princípio de liberdade, direito de agir segundo a própria vontade ou livre arbítrio, advogado pelos Espíritos, será importante para o desenvolvimento humano?

3 O MEDIADOR: A BUSCA DA AUTONOMIA DO SER

A importância dos movimentos como: Reforma, Iluminismo, Revolução Industrial, Revolução Francesa, dentre outros, correspondentes ao mundo europeu, mudaram a seu tempo, a cultura da Europa *Ocidental*, determinando o caráter da evolução moderna, envolto em uma cultura de liberdade centrado no indivíduo e na racionalização científica.

No rastro da emancipação “moderna” (DOMENACH, 1995) um novo paradigma se desenrola, assinalado pelo pensamento “racional e científico” (HOBSBAWM, 1970), os integrantes do século XIX fecunda um conhecimento para servir “sem a orientação de outrem” (KANT, 2007, p. 5). A mudança sociocultural baseadas nestas reflexões liberais, estabeleceu uma nova relação entre o Estado e a Igreja em que o primeiro se emancipa da tutela, normas e códigos do segundo, e este ideal de liberdade e de autonomia, na interpretação de Berger (2009), originou o “fenômeno da secularização”.

A secularização, no entanto, não corresponde ao desaparecimento da religião do cenário moderno, mas, marca a coexistência dos discursos: secular e religioso, dentro de suas especificidades.



Deste modo, Pimentel (2014) afirma que os movimentos de espiritualidades continuavam desempenhando um papel importante na sociedade em questão. Isto posto, o espiritismo não foi uma consequência do advento da modernidade, pelo contrário, o movimento espírita deve ser compreendido como parte integrante deste conjunto amplo de modificações estruturais do Ocidente.

Em uma “invasão organizada” (DOYLE, 2013), por meio do livre-arbítrio, os espíritos se manifestaram, como **críticos de uma humanidade até então**, a fim de aguçar as deformidades da experiência humana na sociedade em que se insere, por uma nova ótica, esperando que seus textos possam fornecer um “resultado, de guiar os homens que desejem esclarecer-se, mostrando-lhes, nestes estudos, um fim grande e sublime: o do progresso individual e social e o de lhes indicar o caminho que conduz a esse fim”. (KARDEC, 2013, p. 46).

Na sua concepção de *fé raciocinada*, por se apoiar nos fatos e na lógica, compreende que nenhuma obscuridade se fixa, tento a razão prática da liberdade, debatida no *Livro dos Espíritos*, parte de uma compreensão de que a “inteligência é uma faculdade própria de cada ser e constitui a sua individualidade moral”. (KARDEC, 2013, p. 106).

Entre a concepção do *Livro dos Espíritos* e os tempos presentes não existe antagonismo, pois, trata-se apenas de uma posição que reflete a necessidade da evolução humana, seja por lhe mostrar a cognação entre as metas próximas e aquelas mais altas e distantes no seu futuro, aproximando a humanidade de uma civilização, de forma a substanciá-lo de um entendimento que habilite a começar a viver não como centro do mundo, mas, integrado a um universo plural.

Essas mudanças refletem o progresso e o seu potencial de transformação, um adiantamento para luzes, por meio de uma educação com vista ao princípio de responsabilidade pessoal, para tanto, o indivíduo tem que tomar consciência de que repousa nele “a questão da distinção entre o querer e o poder como parte da livre vontade humana”. (COSTA, 2019, p. 121).

Assim, o *Livro dos Espíritos* não apresenta um modelo ideal, mas, coloca nas mãos do ser humano a responsabilidade de sua evolução, de seus atos, o alerta da necessidade de suplantar uma desordem primitiva, materialista, para um estado de ordem, de harmonização, individual e coletiva, em um progresso que madurece a sua experiência com Deus.

O *Livro dos Espíritos* compreende a evolução humana com necessário, porém, gradual e progressiva, sem sobressaltos.



Acena a humanidade a instruir-se a distinguir, a reconhecer a razão, a causa e o fim de sua evolução. Fornece mecanismo de mediação entre o encarnado com as vozes do além, no entanto, do mesmo modo, alerta de que toda mensagem antes de ser reconhecida tem que *passar pelo crivo da razão*.

A compreensão do universo, segundo o *Livro dos Espíritos*, se desenvolve com os progressos do espírito humano, assim, o seu texto combate uma fé cega, construída pelo ceticismo, negação, a incredulidade e o materialismo. Não desqualifica as religiões, apenas alerta que o divórcio em relação a ciência, petrificou o pensamento religioso por meio de seus dogmas, tornando-as prisioneiras de si mesmas.

O amor princípio do Evangelho, alavanca da liberdade individual, a partir desta dogmatização passa a ser opressor, temido e escravizador do ser humano, não tendo por “norma, que todos os homens são irmãos e, qualquer que seja a maneira por que adorem o Criador, eles se estendem as mãos e oram uns pelos outros” (KARDEC, 2013, p. 210), reforçando um ideal de divisões sociais, e legitimando o princípio de que fora da igreja não há salvação.

O *Livro dos Espíritos*, como mediador entre a espiritualidade da alma e a materialidade do corpo, não faz críticas as religiões. A epistemologia espírita reconhece o fenômeno religioso como intrínseco ao ser humano, que originou uma multiplicidade de religiões e grupos religiosos, e estas expressões, tem no seu interior partes de uma única verdade.

Conforme a questão nº 842, de *O Livro dos Espíritos*, declarou que todas as Doutrinas tendo a pretensão de ser a única expressão da verdade. Por que sinais se pode reconhecer aquela que tem o direito de se colocar como tal? R. Será aquela que mais homens de bem e menos hipócritas fizer, isto é, pela prática da lei de amor na sua maior pureza e na sua mais ampla aplicação. Esse é o sinal por que reconheceréis que uma doutrina é boa, visto que toda doutrina que tiver por efeito semear a desunião e estabelecer uma linha de separação entre os filhos de Deus não pode deixar de ser falsa e perniciosa. (KARDEC, 2013, p. 262).

Por certo, que as religiões, ofertaram à humanidade uma perspectiva de ação moral válida para o indivíduo, idealizando uma ordem na construção social, mas, a posterior, se tornou, exclusiva e excludente, do princípio universal de amor ao próximo. Assim sendo, a crítica apresentada nos textos, gravitam em torno de um conhecimento religioso desvinculados dos princípios dogmáticos, que impulsionaram sentimentos de superstições e hierarquização social, fortalecendo um pensamento de submissão e de “condicionamento cultural”. (CASÁS OTERO, 2003).



A novidade proposta admite a salvação para todos, independentemente de qualquer credo, raça, cor, “contanto que a Lei de Deus seja observada” (KARDEC, 2013, p. 215), advogando assim uma nova visão do Evangelho de Jesus em que se baseia na questão: **“fora da caridade não há salvação”**. (KARDEC, 2013, p. 492). Portanto, conhecer a *si mesmo* com todas as consequências evolutivas torna-se imperativo, para depois, querer ajudar o próximo, nessa concepção, *salvação* se aproxima da ideia de *aperfeiçoamento espiritual por implicar* uma melhora na condição de felicidade.

Por não admitir privilégios religiosos e condicionamentos para a salvação humana, a pedagogia espírita, apresenta uma resposta a esta aparência dogmática, nos convidando a retornar a mensagem restauradora do Evangelho, para um maior aperfeiçoamento espiritual. Fortalece a proposta rompimento com o **“domínio do simulacro”** (BAUDRILLARD, 1981) **dissolvendo, assim, a cópia** de uma realidade atraente, alheia a própria verdade, abrindo um espaço para novos valores e novas formas experienciar o mundo.

O *Livro dos Espíritos*, apresenta uma terceira via possível, ou seja, um Deus para todos, um Deus sem religião que abraça a todos, como demonstra Tutu (2012, p. 31), um Deus que “não é Cristão, pois seus cuidados são para todos os seus filhos”, assim, um Deus que não divide, mas, se pluraliza na sua Unidade. Do mesmo modo, os textos, inclui o indivíduo como responsável pelo seu próprio processo evolutivo, sendo responsável pelos acertos e equívocos. Convida a religião e a ciência para caminhar juntas, em que a “fé e a razão (*fides et ratio*) constituem como que as duas asas pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade” (Paulo II, 1998, p. 1). Integra, ainda, o valor do outro, o diferente, o próximo.

Propõe, por fim, um diálogo amadurecido na experiência individual com Deus, um processo de valorização do outro, de aceitação, de compromissos comunitários, evitando uma atrofia organizada da existência pessoal, impossibilitando um interior de reciprocidade, em que, “a vida do ser consciente é uma vida de solidariedade e liberdade”. (DENIS, 2011, p. 104). Este pensamento isento, proporciona o surgimento de uma fé inabalável, compreendendo-a como “fé que se baseia na verdade [...], porque nada tem a temer do progresso das luzes, dado que o que é verdadeiro na obscuridade, também o é à luz meridiana” (KARDEC, 2013, p. 280), que pode encarar a razão em todas as épocas da humanidade. Os escritos do *Livro dos Espíritos*, apontam para um olhar mais heteronômico sobre o modo como a experiência religiosa e as ações ético-morais se expressam e se incrustam na condição humana intersubjectiva permitirá uma reflexão e representação mais edificante para a racionalidade e universalidade da bondade e livre arbítrio. (BARROSO, 2013, p. 222).



Como um instrumento pedagógico, o *Livro dos Espíritos* disponibiliza um mecanismo de interação, mediação e de aglutinação dentro de uma perspectiva que abarca a diversidade religiosa. Como se apresenta nos textos, os espíritos não são contrários a nenhuma religião, as entendem como formas de refletir e conhecer o mundo. Deste modo, combate a ação da “heteronomia” (BARROSO, 2013), está presente nessas religiões, impossibilita o ser humano a usar adequadamente o seu “livre-arbítrio”. (KARDEC, 2013).

Pelo princípio autônomo, baseado no instruir para conhecer-te a ti mesmo, torna-se um meio revolucionário de despertar, subvertendo esta simulação que o envolve, aniquilando paradigmas e arquitetando uma verdade apropriada a sua liberdade, fertilizando um conhecimento de si em relação ao outro, ou seja, um livre-arbítrio isento de qualquer condicionamento, motivo ou causa determinante.

No seu “caráter pedagógico” (PIRES, 1990), ensina que a liberdade almejada segue a moralidade como seu princípio e, nesta equação a racionalidade irá moldar a consciência humana, assim “[...] não é o Espiritismo que cria a renovação social, é a maturidade da Humanidade que faz dessa renovação uma necessidade”. (KARDEC, 1866, p. 366).

O espiritismo tal como consta no *Livro dos Espíritos*, codificado por Allan Kardec, apresenta uma possibilidade para a solução de crise moral humana, ao questionar as “verdades universais” defendidas e vivenciadas, onde os símbolos e representações abstratas de uma cultura, se tornam mais importantes do que o real.

Como indica Stoll (2003) a “dimensão experimental e científica” do *Livro dos Espíritos* é um conjunto de princípios explicativos das “Leis Morais” (KARDEC, 2013) que, apresentados por meio de um sistema científico, revela o mundo sobrenatural e a sua forma de agir no mundo físico, uma “naturalização do sobrenatural”. (FERNANDES, 2008).

Em suma, o esforço kardequiano seria de melhorar a natureza atual das coisas, despertando-a para a sua parte melhor: o Espírito, sede da razão e do poder divino em nós, poder esse que vinha como um convite e um alerta de Deus que estamos com Ele na sua obra de ajudar na evolução (no sentido moral do termo) do mundo e seus viventes. Essa seria a missão do homem enquanto espírito, e a do espiritismo despertar a humanidade para esse sentido de missão. (FERNANDES, 2008, p. 71).

Como mediador, o *Livro dos Espíritos*, se faz entender por respeitar a condicionante do livre pensar e da autonomia a ser resgatada por cada indivíduo, não lhe impondo, mas o convidando, a uma “evolução espiritual” (KARDEC, 2013).



Como exemplo, a própria desigualdade apresentada como forma de valorizar as características e ditos nacionalistas, se desconstrói, pois, a forma do espírito é “[...] se quiserdes, uma chama, um clarão, ou uma centelha etérea”, (KARDEC, 2013, p. 88), ou seja, todos somos iguais. Assim, gênero, cor, etnia, etc, não faz sentido, torna-se claro, pois, se os espíritos podem reencarnar tanto como, homens, mulheres, pretos, brancos, muçulmanos, católico, hindus etc, deste modo não se sustenta qualquer razão lógica para qualquer discriminação.

Instiga o indivíduo a uma elevação, o ser humano

não pode conservar-se indefinidamente na ignorância, porque tem de atingir a finalidade que a Providência lhe assinou. Ele se instrui pela força das coisas. As revoluções morais, como as revoluções sociais, se infiltram nas idéias pouco a pouco; germinam durante séculos; depois, irrompem subitamente e produzem o desmoronamento do carunchoso edifício do passado, que deixou de estar em harmonia com as necessidades novas e com as novas aspirações. (KARDEC, 2013, p. 2).

A partir do *Livro dos Espíritos* (2013) o que se busca é mediar uma conscientização para uma “autonomia moral e de autogoverno” (FIGUEIREDO, 2016, p. 215), levando o ser a **acreditar em si mesmo e na sua tarefa de “evolução”**. (KARDEC, 2013).

Pedagogicamente, segundo a obra, uma interlocução possível entre os habitantes da terra e os do mundo espiritual, partes que se achavam incomunicáveis, entre o encarnado e desencarnado. A educação espírita visa o incremento pleno dos indivíduos, considerando-os um ser imortal, fortalecendo deste modo diálogo confiante entre a fé-razão, como um caminho para a evolução pessoal, a partir das experiências vivenciadas por meio do “exercício de aprender com a realidade”. (PANASIEWICZ, 2013, p. 590).

O diálogo, compreendido pelo *Livros dos Espíritos*, tem um caráter condicional ao ser, como uma jornada educativa que visa um autoaperfeiçoamento progressivo, somadas ao incremento dos conhecimentos científicos e de uma educação moral, retira os impedimentos da evolução. Assim, torna-se possível um diálogo sem pré-conceito, alterando a relação do “eu e o tu” (BUBER, 1979), edificando uma sociedade pluralista e multicultural, em que o *Deus* que habita em *mim saúda* o *Deus* que habita em *você*.

Esta intercessão proposta de diálogo fortalece na humanidade a vontade de transcender sua individualidade numa constante relação “inter-humana” (BUBER, 1979) propagando ações comunicativas e respeitadas baseadas numa “dinâmica dialógica” (SANTOS, 2014) com outros autores.



Portanto, essa dinâmica não pode se resumir no individualismo nem no coletivismo, como esclarece Buber (1979), pois tanto um como o outro são imperfeitos para satisfazer a vontade total do ser humano. De modo geral, o individualismo e o coletivismo conseguem apenas apreender uma parte daquilo que venha ser a verdade. Enquanto o individualismo alcança o ser humano em uma relação consigo mesmo e o coletivismo aponta para o bem social, a sociedade como tal, não alcança o outro.

Assim a regeneração advogada pelo *Livro dos Espíritos* ocorrerá progressivamente, quando o ser humano, pelo esforço racional de compreender as leis que regem o mundo moral, visa alterar completamente toda concepção heterónoma de que devemos obedecer à lei de Deus para receber dele a recompensa, dando a cada um a responsabilidade de conduzir sua evolução espontaneamente, compreendendo as circunstâncias de sua vida, sem esperar nada em troca. Dessa forma, a crença racional que o espiritismo dá não é mais a do catolicismo do que a do protestantismo, do judaísmo ou do islamismo, mas a crença fundamental, base indispensável de toda religião [...]. Essa base indispensável representa a religião natural, a união de todos os homens com o objetivo de estabelecer a harmonia social. (FIGUEIREDO, 2016, p. 495).

Com a proposta de mediador, o *Livro dos Espíritos*, proporciona um caminho para maturidade espiritual, que impulse o ser a edificar uma moral autônoma, obedecendo a uma lei que está na sua consciência, dentro de uma liberdade ética a partir das luzes do século XIX, uma proposta “fundada na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do educando” (FREIRE, 2000, p. 11), sem infringir rupturas no seu processo de evolução.

A pedagogia espírita visa proporcionar um raciocínio sadio de observação e de análise capaz de alterar a experiência do Ser: consigo, com o próximo e com o próprio Deus de sua religião; no entanto, esta educação para a autonomia deve ser conquistada, arquitetada a partir das decisões vivências pelo ser dentro de sua própria liberdade.

Torna-se importante destacar neste momento que o espiritismo não entende o devir humano, como uma história de salvação, segundo o conceito do cristianismo tradicional, mas como uma história de evolução. O homem foi criado simples e ignorante e está destinado a conquistar a perfeição, através do aprendizado de múltiplas vidas sucessivas. Não houve uma tragédia inicial de queda e nem a necessidade de uma intervenção divina, para a redenção das criaturas.

Tudo corre conforme previsto pelo Criador. A humanidade está em processo educativo, aprendendo, através da ação livre no mundo, a crescer espiritualmente, a fazer desabrochar as virtudes e a sabedoria que serão suas, quando atingir o alvo evolutivo a que Deus nos destinou.



Todo mal e todo desvio de rota estão por nossa conta, mas são males e desvios passageiros, porque a imanência de Deus em nós garante mais dia, menos dia, a volta ao caminho da perfeição. Perde-se a tragicidade do drama do pecado, da queda; ganha-se em autonomia para o ser, pois que de nós depende quando e como vamos aderir a esse projeto de perfeição e felicidade, para o qual fomos criados. (INCONTRI, 2001, p. 1).

É dentro deste modelo mediador que a “pedagogia espírita” (PIRES, 1990) prega um diálogo que busque a autonomia humana, respeitando a capacidade cognitiva de cada ser humano nesse processo evolutivo.

Como a religião espírita se comporta diante dos desafios apresentados à sociedade brasileira na atualidade?

Na experiência cotidiana: os desafios de um espiritismo vivenciado nos tempos atuais

O conhecimento disponível ao ser humano, realça uma perspectiva integral de formação realizada pela sua ação em buscar seu progresso moral e intelectual, aplicando-o em uma autoformação cotidiana entre ele, o próximo, o meio ambiente e o Cosmo. Portanto, a liberdade humana/espiritual não é negociada e nem é um conceito contemplativo de “uma ideia, nem um horizonte abstrato, mas o modo de realidade de cada ser humano concreto, condição absoluta da ética e exigência de toda libertação”. (DUSSEL, 2002, p. 11).

A evolução, como consta nos textos espíritas (KARDEC, 2013), torna-se constante e inevitável ao indivíduo, em uma concepção de edificar novas faculdades e concepções, alterando os conceitos de desejo e de devir neste procedimento. Não existe nos ensinamentos Espíritas (KARDEC, 2013) o entendimento de um devir estático, mas sim, um devir construído ativamente no cotidiano, favorecendo percepções que, no final, altere o comportamento humano, assim sendo, um processo inclusivo socialmente e realizado no seu dia a dia.

Como atitude filosófica, os ensinamentos dos Espíritos (KARDEC, 2013), visam quebrar a inércia humana erguida por um processo de significação e produção de significados que impede de questionar “aquilo que o homem é, pelo destino que lhe cabe intrínseca e singularmente neste mundo, considerando seu estatuto de liberdade e enfrentamento face aos acontecimentos e ao devir que se lhe descortina”. (RÖHR, 2012, p.8).



Todo esclarecimento adquirido modifica um conhecimento prévio, e este novo não surge do nada, ele tem sua base e sua estrutura, no entanto, o que se abre pelos escritos dos espíritos, para um novo intérprete exige dele um desejo de “estar atento à difícil passagem ou caminhada da heteronomia para a autonomia” (FREIRE, 1987, p. 78) pois, pode encontrar resistências e conflitos diante destas visões, por sentir-se desconfortável diante do desconhecido.

Mas, para tanto, conforme Kant (2007) a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Sapere aude! Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento [Aufklärung]. (KANT, 2007, p.100).

E esta menoridade humana, de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo, o impede de interagir com a “Lei de Liberdade” (KARDEC, 2013), se tornando um empecilho para ser, pois a “liberdade de pensar, tem igualmente a de obrar”. (KARDEC, 2013, p. 473). A pedagogia espírita (PIRES, 1990), proposta pelos Espíritos, não tem efeito enquanto a educação não for libertadora, não fomentar um livre pensar e refutar organismos e normas massificadoras.

A humanidade, segundo o *Livro dos Espíritos*, não está enclausurada em determinismo eterno, “ele é inconcluso, e enquanto inconcluso, precisa humanizar-se, o que abre a possibilidade de ser livre, de construir-se a si mesmo, mas, ao mesmo tempo, o torna um ser responsável por si mesmo”. (ZATTI, 2007, p. 77). Como observou Paulo Freire (1987, p. 34) “em muitos oprimidos, o que impede a libertação é o medo da liberdade”.

A liberdade individual como ponto essencial, não pode ser entendida com um instrumento

disciplinador de nossa liberdade, não apenas para que tenhamos na Terra uma vida social dignificante, mas também para que mantenhamos, no campo do espírito, uma vida individual harmoniosa, devidamente ajustada aos impositivos da Vida Universal Perfeita, consoante as normas de eterna Justiça, elaboradas pelo supremo equilíbrio das Leis de Deus. (EMMANUEL, 1957, p. 5).

A liberdade do Espírito é plena, estando ele encarnado ou não, não cabendo uma condução coercitiva para um equilíbrio perfeito, mas, a pedagogia do *Livro dos Espíritos* entende ser o indivíduo que tem que buscar, por meio de sua educação, um amadurecimento moral e intelectual.



Como apresentado nos textos “[...] Deus criou todos os Espíritos simples e ignorantes, isto é, sem saber. A cada um deu determinada missão, com o fim de esclarecê-los e de os fazer chegar progressivamente à perfeição, pelo conhecimento da verdade, para aproximá-los de si”. (KARDEC, 2013, p. 128). Como ser livre cabe a cada indivíduo, construir e se aperfeiçoar, inserido em um processo de aprendizagem voltada para as relações sociais e as reflexões políticas, econômicas e morais. E neste processo a “perfeição é que eles encontram a pura e eterna felicidade. Passando pelas provas que Deus lhes impõe” (KARDEC, 2013, p. 128), deste modo a liberdade almejada “mais que resistência ou a salvação, constitui a base de uma vontade radical de lutar por uma sociedade mais justa”. (SANTOS, 2014, p. 129).

Um dos desafios atuais, está na questão do ensino aplicado pela religião espírita, nos seus cultos. Será que está indo de encontro aos princípios norteados pelos estudos codificados por Kardec (2013), presente no *Livro dos Espíritos*?

No percurso da análise proposta, o que se desenrola é um equívoco por parte dos que apresentam as ideias contidas no *Livro dos Espíritos*. Estes continuam com um discurso que tem como concepção uma massificação voltada para uma “educação bancária” (FREIRE, 1987), em que se oferta um medicamento anticonvulsivo a assuntos como: religião, política, gênero, economia, etc.

Deste modo, a religião espírita passa a ser responsável pelas sequelas não só individuais, mas, se articula na vida social, mediada por uma linguagem envolta em um complexo sistema de signos encadeados em um sistema de culpas, de recompensas, e de uma “Lei de causa e efeito” (KARDEC, 2013), um dos princípios fundamentais para a permanência de um hermetismo que explica as contingências ligadas à vida humana.

A religião espírita não está fora deste escopo estrutural e paradigmático da base cristã católica, para Emmanuel trocá-la por um lugar no banquete dos Estados é inverter o valor dos ensinamentos, porque todas as organizações humanas são passageiras em face da necessidade de renovação de todas as fórmulas do homem na lei do progresso universal, depreendendo-se daí que a verdadeira construção da felicidade geral só será efetiva com bases legítimas no Espírito das criaturas. (EMMANUEL, 1941, p. 44).

O espiritismo, trazido pelas modernas luzes para promover a liberdade, a partir do fenômeno religioso brasileiro, fundou a religião espírita com perspectiva “claramente dogmática” (SIGNATES, 2018), em que os textos codificados por Allan Kardec: *O Livro dos Espíritos*; *O Livro dos Médiuns*; *O Evangelho segundo o Espiritismo*; *O Céu e o Inferno* e *A Gênese*, tornaram verdades absolutas ou apresentada como a terceira revelação – 1ª. Moisés, ao apresentar um código moral; 2ª.



Jesus vivenciou o amor incondicional e 3^a. Espiritismo que desenvolve as leis divinas.

Ao se tornar uma religião a doutrina espírita brasileira assume uma formulação entre os signos espíritas dialogando com os signos catolicismo. Estabelece uma religião com viés cristão, antagônica aos dogmas católicos, mas, se compreendendo como “herdeira da tradição cristã” (PEREIRA, 2007, p. 33). No entanto, se apresenta como uma mediadora entre a fé e a razão, algo entendido como necessário, para a consolidação de uma nova representação do raciocínio cristão.

No processo de construção religiosa, se buscou um ideário de “processo civilizatório” (RIBEIRO, 1995) alicerçado em um novo “interpretante” (PEIRCE, 2000), por meio de um discurso de distinção entre o passado imperial e o futuro republicano. Tendo este ponto de partida do método interpretativo, os integrantes do espiritismo brasileiro legitimam um signo a ser construído, ao estabelecer um “referencial doutrinário, cosmológico e ritualístico por meio de práticas culturais letradas, que necessariamente envolvem a escrita e a leitura em sua realização”. (LEWGOY, 2000, p. 6).

Os espíritas brasileiros em conformidade com as interpretações selecionadas do *Livro dos Espíritos*, não se afastaram de um entendimento de percepções oriundas do cristianismo, mas, reforçaram esses ensinamentos mantendo um elo com estes costumes e registros mentais, incluindo a estes pontos o contato direto com os espíritos de falecidos e um processo de assistencialismo social, iniciando uma religião espírita de cunho assistencial.

Partindo do pressuposto weberiano, Arribas (2011) mostra que o interesse religioso tem por princípio a necessidade de uma teodiceia, isto é, de uma racionalização teórica voltada para a validação discursiva das propriedades e carências não só materiais, mas também simbólicas, associadas a um tipo determinado de condição de existência e de posição na estrutura social.

No entanto, não foi o que o *Livro dos Espíritos*, obra basilar, veio apresentar uma nova religião, mas por meio destes, ajudar aos fiéis entenderem, de forma pedagógica, a se educarem visando promover a sua autonomia, aperfeiçoando a sua forma dialógica consigo e com o outro, para que o próprio sujeito refaça o mundo e se faça pela ação e reflexão.

Por certo, estes escritos não vieram apenas para os cristãos o que torná-los-iam pequenos, mas se apresentam como “recursos valiosos que podem, e devem, compor um mosaico de ações que promovam a construção da autoconsciência transformadora” (FÉLIX, 2020, p. 1) de um povo.



Para Emmanuel para ser um espírita sincero deve compreender que a iluminação de uma consciência é como se fora a iluminação de um mundo, salientando-se que a tarefa do Evangelho, junto das almas encarnadas na Terra, é a mais importante de todas, visto constituir uma realização definitiva e real. A missão da doutrina é consolar e instruir, em Jesus, para que todos mobilizem as suas possibilidades divinas no caminho da vida. (EMMANUEL, 1941, p. 46).

A espera por um devir, contraria o que foi entregue pelos Espíritos, ao estabelecer ser no dia a dia a dedicação, a construção e a aplicação de um conhecimento progressivo e universal. A felicidade torna-se a efetivar no aqui e agora, mesmo que dure um minuto, mas é na atualidade do minuto presente que se constrói o seu amanhã. Compreendendo que não se pode desprezar todo o conhecimento produzido pelo ser, ao longo de suas encarnações até a presente data, pois, é a partir deste aprendizado adquirido e atualizado, que o *Livro dos Espíritos*, nos convida a transformar a sociedade, suas relações de diferença social e a econômica das classes.

Ao se apartar da problematização dos temas atuais que envolvem a sociedade brasileira, buscando a manutenção de uma autoimagem e de características pacíficas em suas reuniões, a religião espírita se equivoca na sua tarefa revolucionária, ao esquivar de proporcionar ao espírito “que ele ganhe experiência e, para isso, que conheça o bem e o mal. Eis por que há união do Espírito ao Corpo”. (KARDEC, 2013, p. 119). Subtrair-se de debates nos diz que não houve aprendizado para quem se diz espírita. Assim o espiritismo brasileiro tornou-se sobretudo uma religião de autoajuda, inerte para os problemas e temáticas sociais, inclusive os debates sobre moral – que tendeu sempre a perceber pela perspectiva das escolhas individuais, distante até mesmo das abordagens filosóficas, que interpretam a moral pela perspectiva das regras e costumes coletivos herdados social e historicamente. (SIGNATES, 2020, p. 3).

Do mesmo modo a religião espírita se identifica em sua relação assistencialista social, ajudando a propagar uma miséria político-social, contribuindo para a permanência de guetos, fortalecendo uma ideia de que estes indivíduos, nesta situação, estão para resgatar débitos anteriores, e sob esse prisma que podemos compreender que no espiritismo as boas obras religiosamente qualificadas e socialmente orientadas são, pois, consideradas meios de salvação. Ponderadas numa contabilidade exata entre a culpa e o mérito de cada ação, as boas obras, de acordo com o resultado desse cálculo de conta corrente, atribuem ao indivíduo seu destino religioso. (ARRIBAS, 2010, p. 189).



A hermenêutica espírita, ao manter um assistencialismo como foco de suas ações religiosas apenas pacífica a parte de quem realiza a ação, ao se satisfazer em ajudar e se sentir elevado, mas este ato prejudica quem o recebe, pois não o emancipa de uma posição de submissão e de derrotado.

O movimento espírita, apesar de sua posição de apoio aos desprovidos, ainda não se predispôs a um contato mais próximo e irmanado com “os pobres, de dialogar com os deserdados, ouvir e falar com os abandonados pela sociedade” (FÉLIX, 2020, p. 1) brasileira, deste modo, o

pensamento social aparece claramente definido: é o individualismo exacerbado, de orientação moralista, sob uma abordagem naturalista e positivista da existência humana, aquilo que não apenas impede o espírita de pensar socialmente sua espiritualidade, mas o remete para um conservadorismo de consequências políticas extremamente contraditórias às suas próprias aspirações morais. (SIGNATES, 2020, p. 13).

Apenas o assistencialismo como sinônimo de ajuda e apoio é insuficiente para transformar a sociedade envolvida no processo de evolução. Ao se observar a religião espírita se compreende que esta se encontra em um dilema de como “conviver com o crescimento do seu movimento e a manutenção de sua identidade sem abdicar dos princípios da liberdade, do amor, da tolerância e abertura às formas de crer”. (PEREIRA, 2007, p. 33). Ao vetar um debate de cunho de

bases sociológicas, remete o movimento à reprodução das ideologias políticas da classe em que se encontram, produzindo assim uma atividade religiosa generosa e pacífica, mas profundamente conservadora das desigualdades e injustiças sociais somando a este a sua responsabilidade enfrentar os desafios nos tempos atuais sem medo de perder seus fiéis. (SIGNATES, 2018, p. 14).

A religião espírita tem o seu valor dentro do trabalho realizado, mas ainda está longe de encarar os desafios dos tempos atuais. As premissas da ordem continuam sendo um processo de mudanças, mas permeadas pela ideia de progresso baseado em uma ordem social orientada por uma outra religião cristã.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espiritismo moderno se apresenta em consonância com a valores que integravam o imaginário do séc. XIX descritos como: o cientificismo, a racionalização, a experimentação, a laicização da sociedade e o positivismo.



Com base nessas escolas os espíritos (KARDEC, 2013), realizando uma análise educativa da ação espírita no Brasil, observa-se que estes Centros realizaram uma releitura de velhos signos e tradições ultrapassados, relegados a superstição, rompendo uma estrutura de paradigma cultural promovendo uma renovação de valores ao compor uma síntese, dentro do *Livro dos Espíritos*, que propicia um início, senão um processo de superação, de questionamentos a alguns sérios equívocos no seio da religião.

Em seus ensinamentos os espíritos explicam, sob todos os aspectos, sua natureza, origem e destino e sua relação com o mundo físico, explicando o que vem a ser o sobrenatural. Constroem uma ligação não antagônica entre ciência e religião, pelo contrário, em seus ensinamentos harmoniza-os de forma a serem complementares. Do mesmo modo exigem do ser humano a abdicação de um sistema submisso e opressor por uma autonomia própria exercita no seu cotidiano por meio do raciocínio e do livre arbítrio.

Com base no que foi observado nos cultos, palestras e discussões nos salões espíritas na cidade de Belo Horizonte/MG entende-se que o processo de significação e a produção de significados destoam destes ensinamentos, o princípio da autonomia nos mais variados setores fica deslocado para uma simbologia de mansidão e de permanência a uma tradição de submissão a um sistema.

O espiritismo, como sistema educacional, não pode ser visto como uma educação de treinamento, conformado com uma ação opressiva e forjada, este sistema tem algo a mais a fornecer como uma educação de formação voltada para superação de desafios, mobilizado com cunho de reforma e para uma preparação emancipadora do ser e da sociedade.

Neste sistema religioso o movimento espírita necessita retornar às fontes, redescobrir as riquezas espirituais contidas no texto base, renovando-se, reconstruindo-se e promovendo uma abertura para uma autocompreensão do movimento em si para melhor atender os Irmãos que a sua porta bate em busca de socorro.



REFERÊNCIAS

AMBROSIO, Juan. Religião e Cultura: procurar o Absoluto na contingência do provisório. Disponível em: https://www.snpcultura.org/religiao_e_cultura_procurar_o_absoluto_na_contingencia_do_provisorio.html. Acesso em: 20 maio. 14.

ARRIBAS, C.G. Afinal, espiritismo é religião? São Paulo: Palamedas. 2010.

BARROSO, Paulo. Religião, heteronomia e ética da intersubjectividade. Disponível em: <https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/6355/1/Paulo%20Barroso%20-%20Religi%C3%A3o%20heteronomia%20e%20%C3%A9tica%20da%20intersubjectividade.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2021.

BAUDRILLARD, Jean. Simulacros e Simulação. Tradução de Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Galilée, 1981.

BERGER, Peter L. O dossel sagrado. Tradução de José Carlos Barcelos. São Paulo: Paulinas, 2009.

BORTOLINI, Tiago; YAMAMOTO, Maria Emília. Surgimento e manutenção do comportamento religioso: contribuições da teoria evolucionista. Estudos de Psicologia, Campinas, v. 18, n. 2, p. 223-229, 2013.

BRASIL, Maria Auxiliadora de Souza. Da psicoterapia analítico-fenomenológico-existencial. Belo Horizonte: CEPAFE, 2002.

BRADFORD, Charles E. Mordomia. In: DEDEREN, Raoul (ed.). Tratado de teologia adventista do sétimo dia. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2011, p. 721-747.

BUBER, Martin. Eu e tu. Tradução de Newton Aquiles Von Zuben. São Paulo: Cortez&Moraes, 1979.

BUENO, Vera Cristina de Andrade. Kant e o Conceito de Fé racional. Disponível em: http://oquenosfazpensar.fil.puc-rio.br/import/pdf_articles/OQNFP_19_04_vera_cristina_de_andrade_bueno.pdf. Acesso em: 02 jan. 2021.

CAVALCANTE, José Maurício Maciel. O anticristo de Nietzsche: uma leitura. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/46946>>. Acessado em: 09 jun. 2023.

CASÁS OTERO, Jesús. Estética y Culto Iconográfico. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2003.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. O problema da relação entre o livre-arbítrio humano e a graça/predestinação em Agostinho em diálogo com a Modernidade/Contemporaneidade. Civitas Augustiniana, Vol. 8, N.º 1, pag. 121-145, 2019.

DENIS, Léon. O Problema do Ser, do Destino e da Dor. Tradução de Homero Dias de Carvalho. Rio de Janeiro: CELD, 2011.

DOMENACH, Jean-Marie. Abordagem à modernidade. Tradução de Paula Taipas. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.



DOYLE, Arthur Conan. A História do Espiritualismo. Tradução de José Carlos da Silva Silveira. Brasília: FEB, 2013

DURKHEIM, Émile. As formas elementares de vida religiosa. Tradução de Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Paulos, 2003.

DUSSEL, Enrique. Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis: Vozes, 2002.

ELIADE, Mircea. O sagrado e o Profano: A essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

EMMANUEL (Espírito). Ação e reação. [Psicografado por] Francisco Cândido Xavier. Pedro Leopoldo: Biblioteca virtual, 1957.

EMMANUEL (Espírito). O consolador. [Psicografado por] Francisco Cândido Xavier. Pedro Leopoldo: Biblioteca virtual, 1941.

FÉLIX, Franklin. Por um novo movimento espírita. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/por-um-novo-movimento-espirita/>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

FERNANDES, Paulo César da Conceição. As origens do espiritismo no Brasil: razão, cultura e resistência no início de uma experiência (1850-1914). Brasília, 2008. 139 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais do Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília.

FERREIRA, Rita de Cássia Fossaluzza. Máscaras como símbolos de comunicação e expressão: uma análise do que mostram e dizem os alunos dos cursos de Pedagogia, Psicologia e Sistemas de Informação. São Paulo, 2015. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário Salesiano de São Paulo.

FIGUEIREDO, Paulo Henrique de. Revolução espírita. São Paulo: Maat, 2016.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 15ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREYRE, Gilberto. Ordem e progresso. São Paulo: Global, 2013.

GALEFFI, Dante Augusto. Religião e Ciência: diferença e repetição - uma investigação a partir da concepção moral e religiosa de Henri Bergson. CADERNO CRH, Salvador, v. 26, n. 69, p. 449-467, 2013.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GODOY, Marino Luís Michilin. O espiritismo em Ponta Grossa – PR: perspectivas de um espaço do além e para um além do espaço. Curitiba, 2007. 172 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.



GOMES, Adriana. Entre a fé e a polícia: o espiritismo no Rio de Janeiro (1890-1909). Rio de Janeiro, 2013. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

HARARI, Yuval Noah. Uma breve história da humanidade. Tradução de Janaína Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM, 2018.

HOBBSAWM, E. Rebeldes Primitivos: estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1920 -2005: JOÃO PAULO II). Carta encíclica “Fides Et Ratio” do Sumo Pontífice João Paulo II aos bispos da igreja católica sobre as relações entre fé e razão. Disponível em:<https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091998_fides-et-ratio.pdf>. Acesso em: 15 jan. 20.

INCONTRI, Dora. Espiritismo e Educação. Disponível em: <http://www.hottopos.com/mirand15/espirt.htm>. Acesso em: 12 set. 2013.

KANT, Immanuel. Fundamentação da Metafísica dos costumes. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2007.

KARDEC, Allan. O livro dos Espíritos. Tradução de Guillon Ribeiro. Brasília: FEB, 2013.

KARDEC, Allan. Obras póstumas. Tradução de Guillon Ribeiro. Brasília: FEB, 2019.

LIBÂNIO, João Batista. A religião no início do milênio. São Paulo: Loyola, 2002.

PANASIEWICZ, Roberlei. Categorização de experiências transcendentais: uma leitura da religiosidade, da fé e da religião. Ver. Pristis. Prax. Pastor, Curitiba, v. 5, n.2, p. 587-611, jul/dez 2013.

PEREIRA, André Andrade. O espiritismo e a tradição cristã. Sacrilogens, Juiz de Fora, v. 4, n. 1, p. 17-35, 2007.

PEIRCE, Charles Sanders. Semiótica. São Paulo: Perspectiva, 2000.

PIMENTEL, Marcelo Gulão. O método de Allan Kardec para investigação dos fenômenos mediúnicos (1854-1869). Juiz de Fora, 2014. 156 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Brasileira) - Universidade Federal de Juiz de Fora.

PIRES, Herculano J. Pedagogia espírita. Juiz de Fora: J. Herculano Pires, 1990.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RÖHR, Ferdinando. Educação e espiritualidade: contribuições para uma compreensão multidimensional da realidade, do homem e da educação. Campinas: Mercado das Letras, 2013.

ROMANINI, Anderson Vinícius. Semiose e Vida. Unisinos, São Leopoldo, Ed. 457 n. 457, p. 52-54, 2014.



SALGADO, Joaquim Carlos. A Filosofia de Boscão: elementos e reflexões. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, nº 111, p. 197-227, jul./dez. 2015.

SANTAELLA, Lucia. A concepção ampliada da mente segundo C. S. Peirce. Cognition, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 392-403, 2019.

SANTOS, Maria de Jesus dos. A dialogicidade no pensamento de Paulo Freire e de Hans Georg Gadamer e implicações na cultura escolar brasileira. Cadernos do PET Filosofia, Piauí, v. 5, n.10, p. 01-11, 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza. Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2014.

SIGNATES, Luiz. O individualismo e as possibilidades de uma sociologia da mentalidade espírita: ensaio sobre uma ampliação espírita do conceito de sociedade e seus limites, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/338983420>. Acesso em: 10 set. 21.

SIGNATES, Luiz. A filosofia espírita da fé raciocinada, 2020. Disponível em: <http://www.yumpu.com/pt/document/view/13247244/a-filosofia-espirita-da-fe-racocinada>. Acesso em: 10 out. 2021.

SILVA, José Fernandes da. O Interpretante: como aquilo que possibilita e, ao mesmo tempo, condiciona o processo interpretativo. Cadernos de Semiótica Aplicada, v. 5, n.1, p. 1-10, Agos. 2007. Disponível em: <http://periodicos.fclar.unesp.br/casa/article/view/552/472>. Acesso em: 23 fev. 2010.

STOLL, Sandra Jacqueline. Espiritismo à brasileira. São Paulo: Orion, 2003.

TRAMONTINA, Robison, FROSI, Júlio Cesar. A religião como fator cultural: as consequências práticas do fenômeno religioso. Unoesc International Legal Seminar, Chapecó, v. 2, n. 1, p 369 – 380, 2013.

TUTU, Desmond. Deus não é cristão e outras provocações. Tradução de Lilian Jenkino. Rio de Janeiro, Thomas Nelson Brasil, 2012.

ZATTI, Vicente. Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

ZILLES, Urbano. Filosofia da Religião. São Paulo; Paulus, 2010.